Memória e História na Transformação de Residências Particulares em Patrimônio Cultural: Hilda Hilst e a Casa do Sol

Mariana C. Rodriguez[1]

Resumo: O trabalho proposto tem por objetivo, analisar o processo de tombamento da Casa do Sol, residência da escritora Hilda Hilst, recompondo a trajetória histórica de sua transformação de residência particular em patrimônio cultural, bem como compreender o papel do discurso historiográfico no contexto social mais amplo em que vivemos, e de que forma ele se relaciona com o movimento de extensão, universalização e proliferação das práticas memorialistas observado nas últimas décadas do século XX. Na temática da memória e suas múltiplas abordagens, as reminiscências materiais do passado, tem sido encaradas como objetos de estudo e seus processos de preservação, tem se mostrado reveladores de como os vários agentes históricos interpretam e materializam seu passado e de que maneira resignificam essa memória no tempo presente.

Palavras-Chave: História, Memória, Patrimônio, Tombamento.

Introdução

No decorrer do século XX, a patrimonialização do passado torna-se uma marca do tempo social. Cada vez mais sujeitos (individuais ou coletivos) desejam transformar suas histórias, seus objetos, suas práticas culturais em patrimônio oficialmente reconhecido. Ainda que preservar a memória de fatos e pessoas através de remanescentes materiais que a representem, seja uma prática que diz respeito as mais variadas sociedades, em diferentes tempos e espaços, os recentes estudos vêm demonstrando que o ocidente impôs contornos semânticos específicos ao conceito de patrimônio.

Ulpiano Meneses (MENESES, [200_]) colocou em discussão a relevância de entendermos o patrimônio cultural como fato social, justamente no centro da transição de práticas sociais de valoração para as práticas oficiais de preservação. Sob um viés sociológico, Fonseca concorda que as práticas de preservação constituem, nas sociedades modernas do ocidente, um fato social, com base em três pontos fundamentais; a construção de uma ordem jurídica própria; a utilização do patrimônio como forma de comunicação social; a instituição da proteção como objeto de prática pública. (FONSECA, 1997: 2013).

As práticas patrimoniais por mais complexas e variadas que possam ser, caracterizam-se por elementos comuns, que implicam seleção, escolha, ação política, ocultamento,

[1] Mestranda do Programa de pós Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo(UNIFESP), bolsista Capes. E-mail: mcerqueirarodriguez@gmail.com.

negociações, sobretudo quando falamos dos mecanismos e estratégias do poder público. Outro aspecto fundamental é a sua vinculação ao presente, através da ação de indivíduos estrategicamente posicionados, que utilizam o passado como instrumento de ação e atribuem valores aos elementos materiais, para que possam representar esse passado da maneira mais adequada.

A Casa do Sol foi construída e batizada pela escritora Hilda Hilst, quando decidiu deixar São Paulo, no ano de 1966, para dedicar-se, exclusivamente, ao seu já iniciado projeto literário. O local resulta de experiências históricas e culturais únicas, nas quais se associam de maneira intrínseca vida, obra e profissão. Hilda viveu aí por 38 anos e produziu 80% de sua obra; entre os mais diversos estilos literários e estabeleceu daí, consequentemente, relações sociais importantes.

Em 2011, a Casa do Sol, com a sua área externa, foi tombada pelo Conselho de defesa do Patrimônio Cultural de Campinas (CONDEPACC)[1]. A análise da transformação da residência particular de Hilda Hilst em patrimônio cultural revelou a interação que conforma o patrimônio como um campo com fissuras e intervenções de natureza e temporalidades diversas. Uma vez tombada, percebemos claramente que sua função social foi alterada, a Casa tem, portanto, sua própria trajetória histórica, sua própria biografia. A casa construída em 1966, não pode ser entendida se não conhecermos Hilda de Almeida Prado Hilst, que não veio ao mundo poeta, nem escritora, apenas uma criança ordinária nascida em Jaú, interior de São Paulo em 21 de abril de 1930. Do mesmo modo, com a morte da autora em 04 de fevereiro de 2004, a trajetória da Casa não é interrompida, ela passa a dar seus primeiros passos como um lugar de memória, se manifestando como uma possibilidade para alcançar o reconhecimento que Hilda sempre buscou.

A Cultura Material e o Patrimônio

Entender a constituição de Patrimônios, através da interpretação e exposição de remanescentes materiais, pode ser elucidativo de um contexto mais amplo de disputas sociais pela memória. No Brasil, o tombamento tem sido utilizado tanto por agentes oficiais, quanto por grupos sociais, como meio de consagração do valor cultural de um bem. Além de um instrumento jurídico, o tombamento tem implicações econômicas, sociais e opera fortemente no campo simbólico, trazendo a essa prática uma complexidade instigante: "*Ter um bem de*

sua cultura tombado pode significar para grupos, benefícios de ordem material e simbólica, além da demonstração de poder político." (FONSECA: 1997: 206)

No que diz respeito ao tombamento de residências particulares, podemos observar a partir de alguns exemplos práticos, a importância exercida pela posição social ou profissional do proprietário e o peso da existência de um acervo original, que materialize a memória desses personagens. Do mesmo modo, a participação de herdeiros vinculados afetivamente a esses personagens, quase sempre produziu uma memória especifica em cada um desses ambientes, procurado reproduzir a vida de seus habitantes ou certo modo de habitar. São diversos os exemplos de bens com essa características espalhados pelo Brasil, apenas para citar alguns, cujos patronos dispensam maiores apresentações: Casa de Rui Barbosa (RJ), Casa de Borba Gato (MG), Fundação Ema Klabin (SP), Fundação Eva Klabin (RJ), Museu Casa de Portinari (SP) e Museu Victor Meirelles (SC). Portanto, mais do que uma associação mecânica com a história de vida de Hilda Hilst, a Casa do Sol e seu acervo, compõem um conjunto de indícios que nos permitem acessar sua dinâmica dentro do espaço social, num processo mais amplo de transformação de memorias pessoais em patrimônio cultural.

Os Museus Casas são unidades museológicas que se caracterizam por serem abrangentes e heterogêneas. O estudo mais apurados dessa tipologia pode colaborar para melhor se apreender a diversidade cultural brasileira, confirmando-a como um objeto que permite o cruzamento das diversas áreas do conhecimento, tão necessárias ao entendimento das práticas de preservação. Como ressaltou Márcio Doctors: *"Teremos tantas casas museus quantos forem os tipos de diferentes de vida que desejamos conservar."* (ENCONTRO...2010: 41) Esses locais se caracterizam pela tentativa de prolongar uma existência que, ultrapassando o fenômeno da materialidade, alcança a dimensão de símbolo.

No campo da memória, a noção de cultura material é importante para pensarmos como em determinados contextos, os objetos são explorados e utilizados por meio de discursos expositivos que procuram de certa forma materializar o passado e expressar de forma particular uma memória especifica. Embora a materialidade possas ser analisada como portadora da memória, o principal elemento, no entanto, é aquele que embora não esteja aparente, torna-se fundamental para revelar as intencionalidades na produção dessas memórias.

A cultura material não tem utilidade por si mesma, apenas se revelar também questões da nossa atualidade e daquilo que diz respeito a relação histórica entre os homens e seus objetos. Ao pensar nas qualidades que diferem os objetos e nas características que fazem com que sejam preservados, expostos e celebrados, Krzysztof Pomian (1984: 72) observa duas categorias principais: as coisas, que seriam os objetos utilitários e os semióforos, objetos que não têm mais utilidade prática e funcional, mas que expostos ao olhar, cumprem a única função de representar o passado. A visão proposta revela-se, portanto, orientada em dois sentidos diferentes: para o visível, por um lado; e para o invisível, de outro. Com esse sentido, um semióforo é um signo selecionado dentre outros diversos, para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica. Ao ser analisado na qualidade de semióforos, seu compromisso passa a ser com o presente, pois é no presente que são construídos como patrimônio e é às necessidades do presente que eles respondem.

Esses objetos materiais, quando transformados em patrimônio cultural, tornam-se uma categoria interessante para o conhecimento histórico, justamente por serem símbolo de algo além de sua materialidade. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação, embora seja algo retirado do circuito da utilidade e esteja encarregado de simbolizar o invisível espacial, temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum, ele é também posse e propriedade daqueles que detém o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio social, são, portanto, produtos e vetores das relações sociais. (CHAUÍ, 2000: 13)

Memória e Patrimônio: Uma perspectiva historiográfica

A partir de reminiscências materiais do passado, o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando às gerações presentes, aquelas que lhe precederam. Manoel Luiz Salgado Guimarães analisa o trabalho do historiador frente o surgimento de novas escritas da história que se tornam possíveis e necessárias, assim como novas formas de patrimônio serão demandados:

> A história, mais do que nunca, vem sendo utilizada como instrumento para a ressignificação das construções materiais das sociedades passadas, fazendo com que seus objetos possam ser vistos como algo diferente daquilo que eram quando foram criados e atuando de forma contundente nas justificativas de preservação oficial desses traços. (GUIMARÃES, 2012: 109).

Identidade é uma noção que assume papel central nesse debate e devemos estar atentos aos poderes e tensões relativas aos usos políticos do passado com objetivo de consolidação e transmissão de referenciais de pertencimento. A busca constante por vínculos que apaziguem a existência dramática do homem, como veremos, está no cerne das ações patrimoniais observadas. Observamos um consenso em favor de práticas de conservação e a natureza afetiva de seu propósito é essencial, pois seu principal objetivo, não é de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção de uma memória vibrante:

> Esse passado convocado pelas práticas patrimoniais, não é um passado qualquer, ele é localizado, selecionado para fins vitais na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar uma identidade, seja ela qual for. Constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pelas incertezas do começo, tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2006: 18).

A necessidade de preservar os vestígios do passado no presente, tem se apresentado nos estudos historiográficos recentes, como um sintoma da relação de nossa sociedade com as diferentes categorias de tempo. François Hartog (2013) compreende essas práticas patrimoniais pensando as origens e as consequências desse momento particular que vivemos. O autor insere a discussão em sua tese maior, as dos *Regimes de Historicidade*, onde faz do tempo, a matéria prima para uma reflexão historiográfica preocupada em identificar os diferentes usos e significações do conceito de patrimônio. Ao iluminar as diferentes relações com o tempo, o sentido do patrimônio e a lógica da preservação variam conforme o *regime de historicidade* em que estão inseridos, ou conforme as diferentes "formas da experiência do tempo" que se articulam aos trabalhos de construção da memória, responsáveis por consolidar os valores que lhes são atribuídos.

Patrimônio, assim como a memória, são indícios e sintomas da relação de nossa sociedade com o tempo. O movimento de patrimonialização e o imperativo da preservação permaneceram um traço distintivo do momento que nós vivemos. Segundo Hartog, o século XX foi:

> Aquele que mais invocou o futuro, mais construiu e massacrou em seu nome, levou mais longe a produção de uma história escrita do ponto de vista do futuro, conforme os postulados do regime moderno de historicidade. No entanto, também foi aquele, que sobretudo nos seus últimos trinta anos, deu a maior importância à categoria do presente: um presente maciço, onipresente, invasivo, que não tem nenhum horizonte a não ser o próprio, fabricando cotidianamente o passado e o futuro de que necessita, dia após dia. Um presente já passado, antes mesmo de ter ocorrido completamente.

> Mas, desde o final dos anos 1960, esse presente se encontrara inquieto, em busca de raízes, obcecado por memória. (HARTOG,2013: 238).

Essa obsessão memorial, está em sintonia com a ampla discussão teórica por qual passava o conhecimento histórico, no momento em que era questionado o seu próprio estatuto científico. A historiografia enfrentou um momento inédito, que abalou as certezas estruturais da disciplina, mas que propiciou a busca por novos horizontes teóricos e a reafirmação da historicidade dos processos e dos conceitos. Observou-se uma nova consciência historiográfica, que implicava deixar claro as diferenças entre o passado e a historiografia, entre os atores do passado e seus interpretes, entre a memória e a história.

Passou a ser inerente a cada prática historiográfica, uma reflexão sobre seu próprio estatuto do conhecimento, a memória passou a ser questionada e interrogada, como objeto da própria disciplina. Procurando pensar essas noções historicamente, Pierre Nora (1981) buscou entender esse boom da memória e se preocupou em como isso influenciava a escrita da história e o oficio do historiador. O papel de sua obra, *Les Lieux de Memoire*, foi inovadora, ao fazer uma história do tempo presente, destacando sua relação com a memória e o patrimônio, abrindo novas perspectivas de análise. Pelo seu caráter fortemente simbólico, os lugares são resultado de um jogo entre a memória e a história. Seu estudo exige que o historiador compreenda o processo de produção social de memórias e seu papel na construção do conhecimento histórico:

> Memória, história: longe de ser sinônimos, tomamos consciência de que tudo as opõe. (...) A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno; a história, uma representação do passado. Por ser efetiva e mágica, a memória só se contenta com detalhes que a confortam: ela se alimenta de lembranças opacas, globais, ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, censuras, telas ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, chama análise e discurso. (NORA, 1981: 9).

Na concepção de Hartog, *Les Lieux* pretendem-se uma história do presente, no presente, atestando os tempos, onde o presente tornou-se categoria de nossa compreensão sobre nós mesmos e a história não pode mais ignorar isso:

> O presente contemporâneo e o presentismo que o acompanham revelaram-se dificilmente suportáveis. De modo que a demanda de memória pode ser interpretada como uma expressão dessa crise de nossa relação com o tempo, assim como uma maneira de procurar responder a ela. (HARTOG, 2013:186)

A nação, que por longo tempo expressou um sentimento de identificação grupal, deixou nas últimas décadas do século XX, de ser o principal referencial coletivo, diante da impossibilidade de abarcar sua complexidade. A ideia de uma memória coletiva única que representasse todos os segmentos da sociedade, perdeu espaço para novos sujeitos que reivindicavam seu lugar na História. A quantidade de informações produzidas por nossa sociedade, somada a velocidade com que são disseminadas e substituídas, levaram a um sentimento geral de medo do esquecimento. Essas mudanças sociais e econômicas, geram o entendimento de que é preciso criar instrumentos para perpetuar as memórias que consideramos relevantes.

A questão do retorno do político, observada no interior da disciplina, encontrou nos estudos sobre memória, estreitas relações entre poder e história. Esse elemento político, a vontade da memória, iluminaria as lutas travadas para a inserção dos diferentes grupos e das diferentes identidades, no âmbito da memória coletiva. O conceito de lugar de memória, é interessante por ressaltar esse aspecto político dos projetos memoriais, no que diz respeito à manutenção de identidades. Eles não são apenas lugares físicos ou objetos concretos, eles seriam os restos rituais de sociedade sem rituais, vetores necessários para eternizar aquilo que já não existe mais:

> Menos a memória é vivida no interior, mais ela tem a necessidade de suporte externos e referenciais tangíveis de uma existência que só se vive através dela. Essa passagem, da memória à história, obriga os diferentes grupos a redefinir sua identidade, pela revitalização de sua própria história. Os lugares de memória surgem do sentimento de que a memória não é mais espontânea, que é preciso reivindicá-la, celebrá-la, e de certa forma, materializa-la. (NORA, 1981:19).

O modo de ser do passado é o de seu surgimento no presente, mas sob o controle do historiador. Este seria o postulado dos *Lieux de Memoire* para Hartog, o que representou uma contribuição tanto para o campo historiográfico, quanto para o campo do patrimônio, pois despertou o interesse nas formas de produção, conservação e transmissão do passado, nos usos que os diferentes grupos fazem desse passado e das políticas que permeiam esses processos.

Pensando na Casa do Sol, mesmo que a materialidade da residência e do acervo que abriga, remetam à figura de Hilda Hilst, o campo da cultura material nos permite entender, que essa presença jamais é exclusiva. Ulpiano Meneses (1998: 96) já alertava para o fato de

que a identificação de mãos individualizadas na produção de artefatos seria irrelevante se não estivesse imbrica da na rede de relações que lhe dá suporte. Pensar no sentido social dos objetos, é uma vertente interessante para nos aproximar dos sentidos e dos usos do Patrimônio; nos permite entender quais processos sociais agregam a ele significado, valor histórico, autenticidade e acabam por justificar sua conservação pelos órgãos oficiais.

A casa do sol: de residência a patrimônio

A Casa do Sol é uma construção de cerca de 800 m2, inspirada em estilo colonial mineiro, com seis cômodos, um pátio central interno, rodeada por 9.000 m2 de área verde. Embora considerada pelos especialistas sem nenhum valor arquitetônico, as características da edificação possuem um caráter de testemunho, pois foram concebidos e planejados pela própria Hilda. Eles não deixam de compor o universo da casa, pois refletem os valores de quem a desenhou e a construiu, como também dos que ali se apropriaram de seus espaços. A intenção da autora era criar um local propicio para reflexão e que lhe desse condições de produzir sua obra, sua concepção levou em conta essa função.

Hilda aparece como um primeiro agente, não só pela consistência literária de sua obra, mas também, pelas ações por ela empreendidas no campo da memória. A partir de alguns estudos, como o de Clovis Carvalho Britto (2011), é possível perceber as estratégias de Hilda para inserção e reconhecimento no campo literário, valorizando o resgate de sua memória através da conservação de sua documentação pessoal. Em seus 74 anos de vida, produziu, selecionou, guardou e negociou centenas de documentos e objetos relativos à sua vida pessoal e profissional. A relação entre esses elementos favorece a comunicação, dando um sentido ao espaço visitado, onde a arquitetura, a coleção e a exposição resultam numa encenação do passado e de uma história de vida. (PUIG, 2011) O espaço comunica sem que sejam necessários grandes artifícios explicativos, seus objetos não valem pela sua unidade ou raridade, mas pelo conjunto e pela relação que estabeleceram com sua proprietária e na rede de relações que estiveram imersos.

Tão importante quanto às heranças materiais que Hilda deixou, a intenção de seus herdeiros pela perpetuação de sua imagem tem papel fundamental no processo de transformação da Casa do Sol, em um lugar de memória. A Casa do Sol atuou como um suporte de interação entre um grupo de pessoas, intelectuais e artistas, situado no interior

paulista. A proximidade com a Universidade Estadual de Campinas tem papel importante nesse circuito, visto que vários agentes que atuaram em prol do projeto de Hilda Hilst estavam em posições favorecidas no campo do saber e da literatura.

A frequência com que a casa era palco de encontros e reuniões, entre os mais diversos nomes da intelectualidade é bastante ressaltada. A base que fundamenta o pedido de tombamento como um espaço de criação está justamente, nessa frequência artística da qual a casa teria sido palco. As visitas periódicas que recebia estreitaram os laços dos agentes com a pessoa de Hilda e com sua obra. Ao morrer no dia 4 de fevereiro de 2004, Hilda Hilst deixou em testamento, a Casa do Sol, com tudo o que tinha dentro e os direitos autorais de suas obras, para o jornalista e escritor José Luís Mora Fuentes, um grande amigo, com quem conviveu por muitos anos.

A situação não era confortável para o herdeiro, visto que além de uma despesa mensal de aproximadamente cinco mil reais, a dívida com o município chegava a mais de dois milhões de reais e era objeto de oito processos de execução por falta de pagamento do IPTU. Não tardou um oficial de justiça dar ciência aos moradores de que a Casa seria leiloada devido aos problemas judiciais que a cometia. (MONTEIRO, 2011) Para evitar a destruição da Casa do Sol, José Luís Mora Fuentes passou a liderar os trâmites para a fundação do Instituto Hilda Hilst, uma entidade sem fins lucrativos e apoiado por sócios- fundadores de renomes no campo intelectual como Lígia Fagundes Telles, Cláudio Willer, Nelly Novaes Coelho, Iara Jamra, Beatriz Azevedo e José Antônio Almeida Prado. O Instituto nascia com a missão de divulgar o trabalho de Hilda, manter a Casa onde a autora viveu e cuidar dos 56 cães que ainda habitavam o terreno.

Existe na Casa do Sol uma dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes, necessariamente plural e diversificada e ela deve ser compreendida nessa suposta interação entre os diversos sujeitos, que ao longo de sua trajetória compartilharam histórias e vivências, que também são suas, o que indica toda a complexidade da dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço. Os agentes alimentam constantemente o capital simbólico do lugar, as representações póstumas sobre Hilda passaram a ser realizadas por meio de uma série de eventos no interior da casa e a partir de suas dependências. O contato com a ambiência permite ao público uma experiência museal e cultural diferenciada.

Mesmo a morte abrupta de José Luís Mora Fuentes em 2009 não significou uma interrupção da manutenção do legado de Hilda Hilst. Olga Bilenky e Daniel Mora Fuentes, mulher e filho, respectivamente, como herdeiros legais, assumem imediatamente as ações do Instituto. Olga, assim como Mora Fuentes, também viveu por mais de duas décadas na Casa do Sol, saíram, justamente, na ocasião do nascimento do único filho. Mesmo assim, as relações mantiveram-se muito estreitas, a convivência e troca de ideias, relativamente cotidianas. Hoje, o garoto que cresceu nos jardins da Casa do Sol, é diretor do Instituto Hilda Hilst, um dos idealizadores no processo de patrimonialização e pela sua fala, fica claro o peso que tem a casa e toda sua ambiência para o discurso institucional, além das dimensões materiais e imateriais que sustentam esse discurso:

> A Casa é um templo, um lugar que exige que você a descubra em cada detalhe. Muitas coisas aconteceram ali, mas, principalmente, a vida de uma escritora que decidiu se dedicar à literatura e construiu esse lugar para isso. Há um misto de sagrado e profano, de uma vida em comunidade quase utópica, o encontro dos seres humanos com a natureza e os animais. Cada objeto ali tem um significado e quer nos dizer algo, resta-nos ouvi-los. (CUNHA, 2013)

Ao ser aprovado por unanimidade pelo conselho do CONDEPACC no dia 27 de outubro de 2011, foi autorizado a inscrição do bem no livro dos tombos e a casa passou a estar sujeita às sanções e benefícios previstos na Lei nº 5885 referente a tutela do patrimônio cultural de Campinas. O tombamento contempla a área ajardinada exterior, uma ampla área verde de aproximadamente 9.000 m2 e a construção principal de 800 m2. Com isso assume-se a importância da materialidade, uma vez que, para a inscrição de um bem de valor cultural no livro do tombo importa a existência de uma materialidade inequívoca (visto que insubstituível), sem o qual o tombamento não pode subsistir.

No entanto, no desenrolar das etapas necessárias a consolidação do tombamento, as atas do conselho revelam um questionamento quanto à relevância da materialidade ali colocada. Não no sentido de negar que o local fosse um patrimônio, mas na tentativa de sugerir que o tombamento talvez, não fosse a alternativa mais eficaz para preservar um bem com as características intangíveis que permeavam o espaço da Casa do Sol.

Este embate revela um momento específico do campo do patrimônio cultural, onde a preocupação com os valores imateriais das práticas e das relações, passaram a ganhar um espaço mais privilegiado dentro do CONDEPACC. A nível federal, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, instituído pelo Decreto-Lei n º 3.551, de 04 de agosto de 2000, já havia

impactado o campo ao inserir a necessidade de salvaguardar os aspectos intangíveis do patrimônio, estendendo aos estados e municípios a demanda de pensar formas de preservar a dinâmica das diferentes práticas socioculturais que conformavam suas identidades.

Com novos patrimônios demandados e novas formas de manifestações valorizadas, foi inevitável a revisão dos mecanismos de proteção. Nesse movimento, o tombamento foi encarado como incapaz de proteger um bem com tais características intangíveis por suas restrições físicas e o registro foi proposto como uma forma de não congelar as práticas, além de permitir valorizar formas de patrimônio de camadas antes ignoradas pelas práticas preservacionistas. A concepção antropológica de cultura adotada desde a fundação do órgão faz com que o CONDEPACC atribua uma considerável ênfase às relações sociais e simbólicas e que valorize não só os saberes, crenças e costumes de um povo, mas também os lugares onde a prática cotidiana da convivência se manifesta e cria laços de pertencimento. Essa concepção justifica o entendimento da Casa do Sol como patrimônio imaterial pelo órgão, mas não é suficiente para desqualificar o papel da materialidade, no compreendimento da trajetória da residência e nas estratégias para sua transformação em Patrimônio cultural.

O espaço da Casa do Sol acumula remanescentes de diversos tempos da vida de Hilda Hilst, constituindo um arquivo geral de objetos, imagens, elementos simbólicos e histórias presentificadas para evocar a autora. A forma como está organizada, de uma maneira aparentemente despretensiosa, sem obedecer às normas museológicas ou arquivistas, causa uma sensação de vida própria ao lugar, reforçada pela concretude do acervo que abriga. A ausência de marcadores de objetividade que garantam a distância entre o visitante e o que seria o espaço musealizado é outra característica peculiar do ambiente. O fato de não haver vitrines, suportes de apresentação, divisórias, suportes de informação, textos explicativos, sinalização utilitárias dificultam a separação entre o mundo real e o mundo imaginário. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013: 43)

Trata-se de um espaço físico e social, mas, sobretudo, um espaço simbólico, onde tudo está disposto como se Hilda fosse chegar a qualquer momento, sentar-se no pátio com alguns cachorros a seus pés e acender um cigarro. Além da biblioteca particular da autora, com mais de três mil itens, o acervo disposto é o conjunto dos objetos do cotidiano doméstico, existentes em qualquer habitação, mas que se diferem por terem convivido ou sido utilizados por Hilda, numa associação sentimental e simbólica que altera o valor dos artefatos.

O discurso institucional elaborado pelos herdeiros, não propõe a Casa do Sol como um museu, visto que o seu caráter de bem cultural estaria na concepção que a insere na dinâmica da vida do cotidiano, como um local de residências artísticas e de manifestação de práticas culturais. Nessa acepção, a Casa do Sol e sua cultura material (casa e acervo) exercerem uma dupla função: a de servir ao cotidiano da residência e a de representar o passado, significar o tempo. Assim, os objetos não perderam totalmente seu aspecto funcional, as pessoas que vivem na casa, sejam os herdeiros, os residentes ou amigos, fazem uso dos objetos do cotidiano que estão dispostos pelo ambiente. Ocupam a sala, cozinham, sentam-se nas escrivaninhas, nos sofás, dispõe dos livros da biblioteca. Não são semióforos em pleno sentido, não estão totalmente isentos de seus aspectos funcionais para aquele grupo, mas mesmo assim, são mobilizados e compõem um discurso expográfico intencional, que tem por objetivo representar o modo como Hilda vivia e manter o ambiente "inspirador" que a cercava.

A decoração do ambiente, inclui textos, ilustrações, fotografias, cenários, mobiliários, sons, texturas, cheiros, relatos, elementos que potencializam a interação entre o público e o patrimônio. A visita é quase sempre realizada na companhia de cachorros, que vivem soltos pelo terreno e de algum dos herdeiros ou responsáveis pelo instituto. Todos com sua própria vivência na residência, com relações muito próximas à Hilda, atuando como portadores da memória de autora e da casa. A tipologia Museus Casas pode nos ajudar a entender a Casa do Sol como objeto, pois a proximidade com o ambiente doméstico e privado é fundamental na organização desse tipo de espaço museológico, assim como na motivação para a visitação pública. Quem vai à Casa do Sol, vai à casa de Hilda Hilst. É importante ressaltar, que a ordem desses objetos pela casa, seus lugares e a sequência em que se dispõem pertencem ao domínio do que deve ser lembrado para evocar a figura da grande ausente, portanto, os recursos museográficos dão presença a essa ausência. (SEMINÁRIO…, 1997: 105)

O órgão técnico vinculado ao CONDEPACC, responsável pelo estudo de tombamento, vê a casa como um espaço de criação literária e também como significante potente na polissêmica poética de Hilda Hilst. Acreditando ser um patrimônio imaterial, não poderia ser tombado sob risco de afetar seu desenvolvimento dinâmico e plural. A opção pelo registro, no entanto, esbarra na incapacidade do órgão de, naquele momento, garantir por esse meio, uma via eficaz de proteção. Na eminência da perda no bem e na constatação quase que geral dos conselheiros de que Hilda é uma grande figura, cuja vida deve ser valorizada e

considerada como parte da história do município de Campinas, o Conselho admite que em outras ocasiões onde não haviam elementos que garantissem a proteção de bens culturais cujos valores estavam assentados em sua dimensão imaterial, o mesmo CONDEPACC optou por lançar mão do instrumento do tombamento para legitimar a proteção a esses bens.

Embora os objetos expostos não estejam tombados, eles funcionam como elementos legitimadores dos discursos do grupo que reivindica sua proteção, pois legitimam aquele espaço como a casa de Hilda Hilst. Seu processo de musealização não se dá no deslocamento do objeto para o espaço museal, no caso específico, a valorização se da a partir do deslocamento de função e sentido, pelo qual passou a Casa do Sol durante sua trajetória. Nessa acepção, o ato da musealização desvia o museu da perspectiva do templo para inscrevê-lo em um processo que o aproxima do laboratório. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013) Para essa pesquisa isso é fundamental, na medida em que não se trata apenas de contemplar o bem em questão, mas entender que sua documentabilidade enquanto objeto, refere-se a ensinar algo, é necessário, portanto, entender seus sentidos: *"Como testemunho, o objeto deve ser preservado: preservar para ensinar, preservar para comunicar." (CURY, 2005: 25)*

Conclusão

A partir da constatação da patrimonialização desse espaço musealizado, cuja principal função é cristalizar uma memória pessoal e produzir um passado a partir das demandas do presente, o processo de transformação da casa do sol, deve ser relacionado ao movimento mais amplo de extensão das práticas patrimoniais observados na contemporaneidade. O processo de tombamento da Casa do Sol, é revelador das diferentes formas de entendimento do patrimônio, na articulação entre as suas dimensões materiais e intangíveis e na forma como na prática, são implementados os mecanismos de preservação desses bens.

As intencionalidades dos agentes responsáveis pelo tombamento da residência, revelam os processos sociais implícitos, as lutas travadas e as formas como irão resignificar a memória de Hilda para torná-la Patrimônio. Isso nos possibilita utilizar a cultura material como plataforma de observação acerca dessas práticas, cada vez mais frequentes, de conservação do patrimônio cultural. Essas ações, é importante que se lembre, respondem as necessidades do tempo presente, utilizam os lugares e os objetos como suportes materiais de um processo permanente de construção e reconstrução de identidades.

A decodificação do espaço da Casa do Sol revelou uma narrativa expositiva que tem por objetivo compor o cenário onde Hilda viveu e produziu grande parte de sua obra, revelando aspectos íntimos do cotidiano, mas também referências ao seu processo criativo e sua produção intelectual. As intervenções a que esteve sujeita a patrimonialização da casa, traz à tona indícios históricos importantes, no que diz respeito a uma configuração social única, uma teia de relações, que sustentam a dimensão material e imaterial de um processo complexo e dinâmico. Essa perspectiva nos permite questionar onde exatamente está o foco das práticas patrimoniais. Mesmo aplicadas sobre a materialidade, são seus valores, significados e representações que estão em primeiro plano, pois tomba-se a casa para preservar a memória de Hilda Hilst.

Referências

BRITTO, Clóvis Carvalho. **A Economia Simbólica dos Acervos Literários: Itinerários de Cora Coralina, Hilda Hilst e Ana Cristina Cesar**. 2011. 364 p. (Tese de doutorado). Instituto de Ciências sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

CHAUI, Marilena. A nação como semióforo in **Brasil, Mito fundador e sociedade autoritária**. Editora fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001.

CUNHA, Carolina. Casa onde viveu Hilda Hilst vira refúgio para escritores em busca de inspiração. **Saraiva Conteúdo**, 02 mai. 2013. Disponível em http://www.saraivaconteudo.com.br/ Matérias/Post/51035. Visualizado em 10/10/2013.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.) **Conceitos-chave de museologia.** Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura: São Paulo, 2013.

ENCONTRO Luso-brasileiro de Museus Casas, 1. Rio de Janeiro. **Anais...** Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

FONSECA, Maria Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. História, Memória e Patrimônio. **Revista do Iphan,** Nº 34, 2012, p. 91-112.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013, p.131-260.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cidade como bem cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. **Patrimônio: Atualizando o Debate**. IPHAN, Brasília, (200]) p.33-76.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: Documentos pessoais no espaço Público. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: Ed. FGV. Vol.11, No 21, p.89-103, 1998.

MONTEIRO, Karla. A Grande Família. **O Globo**, 23 Jan. 2011. Disponível em http://www.publishnews.com.br/telas/clipping/detalhes.aspx?id=61804. Visualizada em 07/02/2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. **Projeto História**. São Paulo, PUC-SP, No. 10, dez. 1981.

POMIAN, Krzysztof. "Coleções" In: **Enciclopédia Einaudi**: **Memória/História**. Vol.1, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

PROCESSO de Tombamento 02/11. Casa do Sol (Casa da escritora Hilda Hilst). CONDEPACC. Campinas, 2012. Disponível em http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=268. Visualizado em 20/ 08/2013.

PUIG, Renata G. **A arquitetura de museus casas em São Paulo: 1980-2010**, 2011 (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo- Programa de pós-graduação em estética e História da arte, São Paulo.

SEMINÁRIO SOBRE MUSEUS CASAS: Limites, Desafios, Soluções, 1. Rio de Janeiro. **Anais...**Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.